

1 ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 02/08/2017

2 Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, nas dependências da Sede
3 da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sito à Rua Doutor Leopoldo Guimarães
4 da Cunha, nº 510, às dezoito horas e vinte minutos, em segunda chamada, deu-se
5 início à reunião ordinária com a presença da presidente do COMDEMA Caroline
6 Schöenberger, Secretário Executivo COMDEMA/SMMA/PMPG Paulo Eduardo
7 Oliveira de Barros e os conselheiros Diego Silvério dos Santos, Darcy Alberto
8 Beinski, Augusto Iurkiw, Evandro Kostycz, Karla Volaco G. Stamoulis, Giovanna
9 Paola Primor Ribas, Ricardo Johansen, Henrique Simão Pontes, Isabele Futerko,
10 Geraldo Luiz Mikowski, José Vanilson Cordeiro, Gustavo Ribas Netto, Neymar de
11 Meira Albar e Elizabeth W. Scheffer. Visitantes nesta reunião: Gabriela Leonhardt
12 (ICMBIO) e Otto Cunha (Santa Casa). A presidente do COMDEMA, Sra. Caroline
13 Schöenberger, explicou que não convocou a reunião na última semana do mês de
14 julho pelo motivo do feriado municipal de 26/06/2017. Em seguida, leu a pauta da
15 reunião: esclarecimentos edital de licitação/concorrência 005/17 e eleição do
16 conselho. A ata de 28/06/2017 realizada no Eco Museu da SANEPAR não foi
17 aprovada porque o conselheiro José Vanilson pediu para complementar com o
18 nome da área que está sendo solicitado a desafetação. Ficou agendado a próxima
19 reunião para 29/08/2017 (terça-feira) às 17h00min com o local a ser definido. A
20 presidente Carolina iniciou a reunião em segunda chamada, falando sobre o novo
21 biênio do COMDEMA (2017/2019) e o secretário Paulo Barros pediu a palavra para
22 esclarecer que o mandato dos membros do COMDEMA é de dois anos, sendo
23 permitida uma recondução por mais dois anos e que não poderá ser indicado
24 quem já tenha cumprido dois mandatos consecutivos e que no ato da posse do
25 novo biênio será feita a eleição para presidente do conselho. Primeiramente serão
26 notificadas as entidades para a indicação de seus representantes para este novo
27 biênio. A presidente chama o assunto da pauta, falando sobre o esclarecimento do
28 edital de licitação 05/2017, que trata sobre a destinação de resíduos do município,
29 lembrando que no encerramento do TAC (termo de ajuste de conduta) do Aterro
30 do Botuquara, o MP deu um prazo de 90 dias para o fechamento do Botuquara e a
31 execução foi para a vara da Fazenda Pública que estipulou 120 dias para a
32 prefeitura dar um jeito nessa situação. Há uma proposta de licitação da prefeitura,
33 para a destinação dos resíduos em outro local. Nessa licitação está estipulado que
34 seja uma empresa que receba os resíduos "porteira adentro" e não menciona o
35 transportes dos mesmos; somente que esta empresa esteja localizada num raio de
36 160 km de Ponta Grossa. O valor desta licitação, em média, é de 08 milhões e meio
37 de reais para o recebimento e destinação por humano. O problema maior que
38 vemos nessa licitação é somente porteira adentro; como vai ser feito o transporte
39 destes resíduos. Hoje possuímos um contrato de coleta, porta a porta e transporte
40 até 25km do município de Ponta Grossa que a PGA realiza e caso o novo aterro
41 licenciado seja em Curitiba (por exemplo), a empresa ESTRE está a 120 km, e não
42 está sendo indicado para se fazer este transporte. É inviável fazer o transporte do
43 lixo com os caminhões compactadores, pois o custo com pedágio e tudo mais,

44 inviabiliza. Disse que gostaria de encontrar uma possível solução ou uma proposta
45 do conselho em relação a isso. Disse ainda que já conversou com a juíza que está
46 com a resolução do TAC, e ela disse que não tem poder sobre a execução, e que se
47 poderia tentar um acordo junto ao MP. O conselheiro Gustavo questiona sobre
48 como fazer, e a presidente Caroline disse que o transporte tem como fazer, o
49 problema é o custo. A PGA pode fazer porque detém o contrato, e a licitação é só
50 porteira adentro. Disse que é por isso que pediu a presença do secretário, já que é
51 uma discussão de longa data e para que o conselho possa fazer outras
52 observações. Explicou que antes de passar aos esclarecimentos, por estar com
53 número reduzido de conselheiros presentes, vai deixar a palavra aberta para todos.
54 Com a palavra o secretário Paulo Barros que fez um breve histórico de todos os
55 fatos conhecidos sobre o TAC proposto pela gestão anterior, concluindo que é
56 evidente a impossibilidade de se construir uma usina em 24 meses e a saída mais
57 simples possível foi fazer uma licitação para a destinação dos resíduos, já que
58 assim temos o TAC e temos que cumprir. Explicou que num raio de 160 km de Ponta
59 Grossa, existem alguns aterros particulares, outros que não tem a capacidade
60 devido restrição de licenciamento ambiental, foi pesquisado a tonelada por R\$
61 96,00. Foi dado como o exemplo o aterro ESTRE que atende 18 municípios no PR.
62 Fizemos essa saída técnica, a juíza foi bastante positiva e deu mais 30 dias e caso
63 não cumpramos, teremos uma multa diária. Disse que a PMPG está fazendo o
64 possível para que se cumpra e que através do departamento jurídico está sendo
65 preparada uma defesa argumentativa técnica e informativa. A PMPG está presa ao
66 contrato de transporte dos resíduos a uma concessionária local. No dia 20 de
67 setembro teremos uma resposta caso uma empresa ganhe com preço cheio ou
68 com um bom desconto. Será dado uma ordem de serviço para que a
69 concessionária faça o transporte, com caminhão maior para levar essas 10/12
70 viagens de resíduos até o aterro acertado. Isso vai custar um preço adicional de
71 transporte de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 por mês, que não vai causar
72 grande impacto, por exemplo, no Botuquara pagamos além da operação, a terra.
73 Causará impacto nos serviços indivisíveis, nós temos uma planilha de certa forma
74 "redondinha", onde conseguimos arrecadar a taxa de limpeza urbana, que cobrirá
75 os custos divisíveis e indivisíveis. Basicamente é isso, mediante uma pressão do
76 TAC, em 24 meses não se consegue instalar uma usina e resolver o problema. A
77 PMPG não está contratando uma pessoa para construir um aterro, que passa por
78 todo o trâmite de licitação, de licenciamento; está contratando uma empresa que
79 já tenha um aterro licenciado. Pagaremos o transporte através de um aditivo no
80 contrato da PGA. O conselheiro Gustavo e a presidente do conselho questionam se
81 a prefeitura terá esse dinheiro para pagar o transporte e mais os acréscimos
82 oriundos do mesmo. O secretário salientou que um TAC mal planejado, por ambas
83 as partes, acarretará custos aos munícipes. Comentou, por exemplo, que se for até
84 Curitiba, são dois pedágios, para Piraí do Sul é outro cenário, mas tem restrições
85 quanto a quantidade. A presidente afirma que somente foi questionado o
86 transporte e descarga dos resíduos no TAC e o secretário informa que os outros
87 itens do TAC foram cumpridos. O secretário disse ainda que o transbordo

88 provavelmente acarretará mais custos no contrato e será feito através de aditivo.
89 Foi aberta as inscrições para as falas dos presentes. A conselheira Giovana falou da
90 conversa com a juíza, dos problemas jurídicos de aditar o contrato com a PGA, dos
91 altos custos da licitação para a prefeitura e da possibilidade de se estender por
92 mais dois anos o uso do Botuquara. A mesma sugeriu ao conselho que
93 apresentasse uma proposta concreta com uma possível solução que colocaria o
94 conselho como terceiros interessados na ação, simplificando os termos jurídicos,
95 nem autores nem réus, auxiliaríamos coletando dados e informações na decisão do
96 juiz. Explicou ainda que o conselho em si não pode, porque não tem personalidade
97 jurídica. Disse que há mais ou menos 20 dias atrás o Sr. Otto leu uma matéria no
98 jornal e questionou o porquê do município não fazer um novo aterro público,
99 sabendo dos custos que um aterro privado geraria ao município, se é viável ou não.
100 Ele acha que é viável, com sua experiência em gestão, constatado em números.
101 Com a palavra c Sr. Otto Cunha que expõe ao conselho a sua ideia e justificando a
102 viabilidade do aterro público. Percebendo que o transbordo de resíduos gerará ao
103 município um custo de um milhão por mês, caso seja aprovado neste ano, por
104 exemplo, gerará um custo adicional de 4 milhões ao município no ano de 2017 e
105 que este não poderá lançar no IPTU, sendo lançado somente no próximo ano
106 (2019), essa diferença já estaria sendo paga pelos munícipes, além disso tem o
107 aluguel do imóvel onde seria descarregado os resíduos. Ele imagina a possibilidade
108 de um aumento de combustíveis em maio, no mês de junho tem os dissídios dos
109 salários, sendo mais um custo, que não poderá ser lançado no IPTU de 2019,
110 quanto irá custar em 2019?, a ideia é saber quanto custaria aproveitar o espaço da
111 pedreira do Bocaina, que tem 900 metros de comprimento por 100 de largura, ela
112 tem 90 mil metros quadrados, representa 9 hectares, ela tem 100 metros de
113 profundidade, totalizando nove milhões de metros cúbicos. Considerando os
114 resíduos hoje, é um espaço para cem anos, com um custo muito menor, sendo que
115 fica a 25 km da cidade e não a 120/150 km, o município pode desapropriar o
116 imóvel. Se fizermos um cálculo de que o tamanho do local para depósito de
117 resíduos será de aproximadamente 4 alqueires, considerando que 1 alqueire tem o
118 valor de mercado equivalente a 1.500 sacas de soja e a saca hoje em Ponta Grossa
119 gira em torno de R\$ 80,00, teríamos uma indenização da área no valor de
120 aproximadamente quatrocentos e oitenta mil reais para a desapropriação, sem
121 aluguel, transporte e a prefeitura poderá alugar para o despejo de resíduos tendo
122 um reforço financeiro. Qual o custo para adaptar o lugar? Cinco, seis milhões?
123 Seria o equivalente a 6 meses de transbordo de resíduos, assim ficaria no
124 município e não gastaria R\$ 1.000.000,00 por mês para transportar os resíduos. A
125 PMPG poderia perfeitamente desapropriar aquela área e fazer lá o depósito de
126 resíduos de Ponta Grossa e da região, teríamos condições de receber resíduos de
127 mais ou menos oito municípios e receber por isso. O conselheiro Ricardo
128 perguntou ao secretário qual a vida útil da 5ª célula. O secretário Paulo Barros
129 disse que é uma obra inacabada e que tem o agravante de que foram depositados
130 14 meses de lixo no chão (transbordo), por isso a insistência para que ela encerre,
131 e o que teríamos que fazer para ela durar mais dois anos? Fazer uma ampliação,

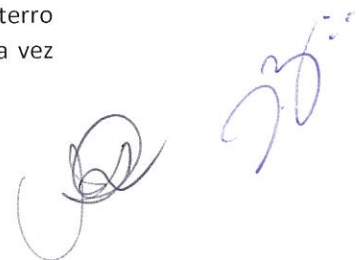
132 que foram depositados 14 meses de lixo no chão (transbordo), por isso a
133 insistência para que ela encerre, e o que teríamos que fazer para ela durar mais
134 dois anos? Fazer uma ampliação, ancoradas na segunda e terceira célula e dar uma
135 "esticada" no lugar onde é feito o transbordo hoje, seria uma obra um pouco maior
136 do que a prevista, gerando um custo aproximado de dois milhões e um aterro novo
137 seria em torno de seis a sete milhões, para garantirmos mais dois anos, lembrando
138 que tem um compromisso junto ao IAP de documentar sobre o encerramento do
139 aterro do Botuquara. Na réplica, o conselheiro Ricardo perguntou qual a capacidade
140 da quinta célula, onde o secretário respondeu que inicialmente era para ser de 180
141 mil toneladas nesta 2ª fase, mais ou menos 14 meses de lixo, sem a nova extensão,
142 a partir de agosto de 2017. Na tréplica, o conselheiro Ricardo afirmou que um ano
143 é tempo suficiente para o aterro do bocaina ficar pronto, inclusive com os
144 licenciamentos. Na situação atual do aterro hoje, temos 12 meses, gastando dois
145 milhões na ampliação da 5ª célula, temos 24 meses que é o tempo necessário para
146 a licença do bocaina. O conselheiro Henrique lembrou que as entidades ambientais
147 da cidade vem falando sobre o aterro público desde 2009, e que um aterro público
148 vai ser muito menos custoso para o contribuinte. Desapropriar esta área tem alguns
149 pontos que são relevantes, como a área em si, lembrando que tem potencial
150 mineral na área e o empreendedor quando apresentou a proposta deu a ideia de
151 colocar o resíduo num canto e continuar explorando, dando um valor mineral,
152 acrescentando um valor de superfície. Diante do que o Sr. Otto expos, o próprio
153 poder público poderá utilizar das suas ferramentas e encontrar áreas melhores e
154 mais barata que essa. Reforçou a sugestão do Sr. Otto, que seria a mais viável
155 economicamente para o município. A conselheira Caroline perguntou se ele sabe
156 se outras possíveis áreas; ele disse que sim, que foram realizados levantamentos e
157 estudos ambientais de áreas e depende do interesse dos proprietários, o professor
158 Carlos Hugo da UEPG fez um estudo detalhadíssimo de áreas para se colocar um
159 aterro em Ponta Grossa, claro que demanda interesse do proprietário, mas como
160 estamos falando do poder público, ela pode ser desapropriada. O conselheiro
161 Gustavo observou que neste estudo, o Prof. Carlos Hugo destacou 6 ou 7
162 locais, sendo uma área bem próxima da pedreira, ou seja, existem outras áreas que
163 sirvam para esta mesma finalidade. A conselheira Elisabeth disse que além dos
164 custos, transportar lixo é ambientalmente incorreto, se prolongar a vida do aterro
165 do Botuquara é ruim e queimar combustível transportando lixo é péssimo. O
166 conselheiro Gustavo disse que o DNPM deve ter detalhado as fases, onde são as
167 lavras específicas que estão utilizando na pedreira. Disse ainda que acha que estão
168 utilizando a frente da pedreira, onde está o potencial. O DNPM tem essa
169 informação, ou a pedreira tem esse potencial de lavra da rocha, de tirar mais pedra
170 de lá, ou tem um passivo, afinal a área que terminou de minerar, vai ter que
171 resolver. Será visto a questão de segurança e inclusive é um ônus que ela tem, se a
172 prefeitura for para lá, ela assume o ônus que dever ser descontado dos valores. A
173 pedreira tem o potencial de mineração que pode estar exaurido com a obrigação
174 de recompor, de dar condições para outro uso. O secretário Paulo explicou duas
175 considerações que existem dentro do licenciamento ambiental mineral: uma



176 delas é o PRAD, que de certa forma, não recupera a área degradada,mas dá
177 condições de outros usos, envolvendo também a questão de segurança, não é
178 obrigação de quem fez o buraco, tapar,porque é uma atividade de utilidade
179 pública, por exemplo, a minha casa deve ter pedra da pedreira Boscardim, o asfalto
180 que passa em frente à minha casa tem pedras de lá, então não existe esse ônus
181 que todo mundo fala. Disse que por estes motivos que tapar os buracos com lixo é
182 uma boa alternativa. Disse a nda que existe um ônus específico para aplicar na
183 legislação do aterro sanitário, onde o espaço não é 900m, tem a extensão
184 relacionada ao campo hídrico que gira em torno de 200m; mas na época que houve
185 a aproximação com o empreendedor em relação a destinação da pedreira foi em
186 dois focos:a experiência do que aconteceu em Maringá, que é uma questão
187 contratual que existe hoje, não ambiental. Disse que acompanhou o processo de
188 licenciamento quando estava no IAP, lá a questão ambiental foi superada e a
189 tecnologia é viável e por isso acreditou no processo. Quando a PMPG se aproximou
190 dos empreendedores, que já estavam com o processo de licenciamento daquele
191 empreendimento, era para achar uma alternativa, pois quando assumiu a SMMA,
192 restava menos de 6 meses para cumprir o TAC e o Botuquara naquela época estava
193 numa situação bastante desagradável devido as chuvas que ocorreram em 2016.
194 Hoje, tirando o transbordo, o Botuquaraestá indo bem.O que chamou a atenção
195 em relação a viabilidade da pedreira, primeiro que é uma pedreira em operação,
196 não havendo necessidades de fazer grandes investimentos na infraestrutura, já
197 tem uma balança para receber os resíduos, licença vigente, é uma área
198 degradada,podendo alterar o PRAD para um plano que envolva o confinamento do
199 lixo, tem 20 metros de argila e mais 40/50/60 metros de rocha, mas precisaria
200 fazer uma obra de engenharia para confinar esse lixo de acordo com a legislação
201 colocando mantas,etc., de certa forma o município não irá gastar um tostão, ele só
202 iria gastar no 1º caminhão que chegasse lá, carregando 6,7 toneladas de lixo, hoje
203 o preço de mercado varia de R\$75,00 à R\$100,00, seria esse o preço de mercado
204 para a operação e o município também não entraria com nenhum processo de
205 desapropriação, sendo a opção mais prática possível, resolvendo o problema do
206 Botuquara, indo para um local adequado, levando em consideração o estudo de
207 Maringá. Existe a questão do DNPM, a argila é um problema bastante sério, a
208 PMPG desapropriar um buraco não é o suficiente, tem que ter um estudo um
209 pouco mais aprofundado, porque um simples buraco é mais um passivo para a
210 PMPG, não uma solução. Vamos levar isso para casa, fazer uns cálculos, considerar
211 o valor operacional, tratamento de chorume, a operação da argila, a implantação
212 de mantas, etc. O conselheiro Gustavo disse que oBotuquara é um passivo que
213 ficará lá 40/50/60 anos, de chorume correndo e engana-se quem pensa que é só
214 encerrar o botuquaraque está resolvido o assunto. O conselheiro Ricardo disse que
215 encerra o recebimento de material e o tratamento vai demorar mais uns 20/30/40
216 anos, enquanto estiver gerando chorume, ele deverá ser tratado, para depois ser
217 lançado, aquilo lá era um lixão desde vaca morta atéchapa de pulmão. A
218 conselheira Giovana fala que, além da proposta de um aterro público, temos que
219 lembrar que precisamos de um centro de triagem e já implantar a questão da



220 compostagem, que vai aumentar a vida útil desse aterro. Temcs que analisar se
221 juridicamente isso é possível ou não, mas hoje num cálculo superficial a gente teria
222 que ter no FUNDAM aproximadamente 26 milhões, o conselho poderia estudar a
223 proposta, fazer uma operação mais matemática, e o dinheiro que o município
224 gastaria para construir as obras do aterro, a central de triagem, seria do FUNDAM
225 com autorização do COMDEMA, uma coisa para pensar. Os conselheiros
226 reclamaram que não teve o repasse de 1% pela PMPG até ser revogada a lei. Com a
227 palavra o conselheiro Henrique: administrativamente pode não ser exigido o PRAD,
228 não é uma obrigação e não pode ser levado a ferro e fogo, mas é um compromisso
229 do governador que ele teve cumprir. O secretário Paulo explicou que ele não pode
230 fechar, ele reutiliza a área e se não tiver como reutilizar ele vai ter que corrigir de
231 alguma forma. O que as pessoas as vezes esquecem que é uma atividade pública,
232 isso está lá no código minerário, interesse social e é permitida até em APP, dentro
233 de rio. Na trépl'ca, o conselheiro Henrique disse que nós estamos criando a roda,
234 esse assunto é antigo dentro da prefeitura: fazer um aterro porque é bem menos
235 custoso. Disse que já participou de diversas reuniões nesse sentido de a prefeitura
236 ter que construir um novo aterro, não sabendo se é vontade do prefeito Marcelo
237 Rangel e dos prefeitos passados, da gestão da SMMA, porque é um assunto
238 totalmente esgotado, parece tão explícito que a gente pensa se o poder público
239 fizesse isso seria muito menos custoso que não tem uma explicação lógica, como o
240 Paulo disse de a gente ir para casa e fazer um cálculo, concordo, eu tenho feito isso
241 a bastante tempo, a UEPG tem feito isso a bastante tempo, o conselheiro Daniel
242 que infelizmente não está hoje aqui é uma pessoa que conhece esse assunto
243 também, já conversamos e sabemos que há possibilidades e o preço de custo é
244 bem menor, sem sombra de dúvidas. Talvez sobre o licenciamento, as
245 responsabilidades que o município vai ter; eu penso da seguinte forma, que a
246 prefeitura pode sim desapropriar, a prefeitura pode sim utilizarda utilidade pública,
247 mesmo que isso vá para questão judicial, nós estamos falando de um assunto onde
248 vamos ter uma aprovação da população em peso, vai ser o dono da propriedade
249 contra a população inteira, isso é sobre os resíduos sólidos e todos estarão
250 envolvidos, e não tem como a gente excluir. O primeiro ponto é saber se a gestão
251 atual quer isso. Disse que até o presente momento, em todas as reuniões que
252 participou, as gestões muricipais não quiseram, por isso que é necessário
253 conversar realmente resse sentido, se a PMPG realmente entende como um
254 caminho interessante? A conselheira Caroline falou que o ponto de partida é esse:
255 querer fazer um aterrc municipal ou fazer um aterro privado. Eu quero fazer o
256 aterro público, então a partir desse ponto que a gente começa a trabalhar em
257 cima; não quero fazer, daí a gente vê o que pode fazer. O conselheiro Henrique
258 destaccu que pode ser mais rápido, mais eficiente o particular, mas aí fica mais
259 caro, e a população vai pagar mais por isso. Talvez a classe média alta hoje em
260 Ponta Grossa, não vete. mas a população de baixa renda, se aumentar o lixo, para
261 R\$50,00/R\$60,00, para quem ganha hoje dois salários mínimos, onera bastante. O
262 conselheiro Evandro cisse que não consegue enxergar no projeto do aterro
263 privado, o desenvolvimento de uma cadeia de reciclagem, não acredita, uma vez

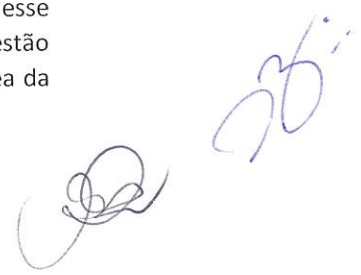


264 que contratado para 30 anos, uma empresa que vai se destacar pela recepção de
265 toneladas, ela não vai querer abrir mão do lucro e uma vez que o município assinou
266 um acordo de toneladas por mês, nunca vai existir uma compostagem, uma
267 reciclagem, uma triagem decente para o projeto ser viável, porque os projetos
268 tanto na área de triagem, reciclagem é volume, não tem viabilidade para material
269 reciclado sem volume, isso não existe. Reafirmou que a questão do aterro
270 municipal é primordia .Ponta Grossa está perdendo para municípios muito
271 pequenos, é vergonhoso não ter essa linha de pensamento do próprio prefeito, se
272 é que ele não tem, não sei, nunca conversei com ele sobre isso, em executar
273 isso,ou seja, tem que existir um projeto, tá na hora, já passou, já foi, já deu isso aí,
274 ou seja, não dá para jogar tudo em aterro, isso é certo, agora, vai contratar uma
275 empresa para colocar durante 30 anos x toneladas por mês, esqueça, não vai ter
276 triagem, não vai ter projeto nenhum de reciclagem, de compostagem, não tem
277 como, isso é óbvio. O secretario Paulo pediu para reiterar o assunto dizendo que
278 será separado o contrato de transporte e o contrato do destino final dos resíduos,
279 que são duas concessionárias e cada uma tem o seu interesse, a PMPG não fechou
280 com essa empresa que vai coletar todo mês 7.500 ton, se for o caso, vai ser pago
281 um preço x por ton. que entrar lá. A partir do momento que for resolvido o
282 problema do Botuquara, a principal questão,é dar um destino final devidamente
283 adequado, com outra concessionária, eu consigo mexer na logística e fazer uma
284 coleta seletiva mais efetiva, não vai impactar no novo contrato, porque não tem
285 interesse em coletar, só em receber. Então é um momento importante da
286 gente separar, coisa que os outros municípios não tem, duas concessionárias
287 operando no sistema de gestão de lixo, então, eu consigo tirar um caminhão, meu
288 sonho de consumo pelo segundo ano de governo, se eu chegar lá, tirar do centro
289 que ele tem enraizado, a coleta diária, todo dia passa o caminhão compactador nos
290 setores 1/2/3/4. Se eu tirar dois dias o caminhão compactador, com certeza as
291 pessoas que moram no centro, vão ter o hábito maior de separar o orgânico do
292 reciclável e quando passar o reciclável, vão coletar mais reciclável e não tudo
293 misturado. Hoje por exemplo no centro, passa o caminhão reciclável e o caminhão
294 compactador, todo dia, mas para o 2º ano, alterando o plano técnico operacional,
295 a coleta poderá chegar nesse nível. Dá sim, para fazer operações no programa de
296 coleta seletiva, seja com aterro privado mas com outra concessionária no sentido
297 de que para ele o que interessa é o lixo que vai entrar, não o que vai coletar. A
298 conselheira Caroline disse que a intenção da PMPG é fazer um aterro privado, onde
299 o secretário Paulo explicou que temos um TAC a cumprir e que vai fazer uma
300 licitação. Na réplica, a conselheira Carolina explicou que surgiu uma possibilidade
301 de abrir uma conversa com a juíza e o Ministério Público, para que se apresente
302 uma proposta concreta para estender o Botuquara por mais dois anos. O secretário
303 Paulo concordou com mais dois anos do Botuquara mas disse que a questão da
304 usina foi muito irresponsável no TAC e que não vai se comprometer com a juíza e
305 que vai fazer uma licitação.Explicou que a sua obrigação hoje é destinar o lixo e
306 fechar o Botuquara destinando para outro aterro.Disse novamente que não vai
307 assinar um termo de compromisso com a juíza para a implantação de um novo

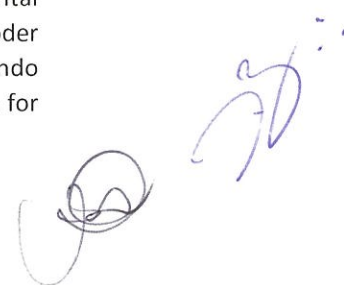


308 aterro público sem um estudo, sem cálculos, sem nada. Um estudo ambiental para
309 um novo aterro é de 4 anos. Salientou que a pedreira Boscardim está com os
310 estudos avançados. O conselheiro Ricardo disse que a área da disposição final é uma
311 coisa, quem vai gerenciar o trabalho naquele local é uma outra coisa e quem vai
312 levar o resíduo urbano coletado, é outra coisa e temos que entender isso. Nessa
313 licitação que a PMPG está fazendo, ela fala em tratamento e destino final e o Sr.
314 Otto está propondo a utilização de um volume morto, que vai ter que ser
315 recuperado através de um PRAD, onde o material mineral já foi exaurido. Essa
316 proposta de utilização do volume morto para fazer um novo aterro, precisa de um
317 projeto, porque a empresa ainda está minerando e tem ainda um valor agregado,
318 por isso a necessidade de fazer um novo projeto para dar uma nova saída dos
319 caminhões para utilização dos materiais. O secretário Paulo disse que não pode
320 aproveitar o estudo deles que já tem 8 meses (tem que ser feito outro estudo). O
321 conselheiro Ricardo explicou que o aproveitamento daquele volume morto é
322 pertinente e adequado pela topografia do terreno, para não alterar a área, ou seja
323 nós vamos inserir o aterro dentro daquele espaço onde a topografia começa com a
324 cota 1000 e vai para cota 800, 600 e fica na 500, a 100 metros do arroio, que está
325 distante do ponto de mineração aproximadamente 600 metros. Então, o que a
326 empresa está propondo hoje, de acordo com o que eles fizeram e apresentaram
327 naquela reunião, no meio da distância de 900 metros, fazer uma célula e ir
328 levantando as paredes de proteção e ir envelopando. É perfeito porque ele vai
329 chegar lá e ver o piso, o fundo da área de mineração e a topografia que vai se
330 encontrar. É necessário fazer um reestudo para permitir que eles ainda continuem
331 explorando e para também colocar resíduos sólidos urbanos enchendo de acordo
332 com a topografia superficial da área, fazendo todos os trabalhos inclusive de
333 drenagens. Eles não podem deixar a água de chuva cair dentro do resíduo
334 sólido. Ela vai cair enquanto estiver aberta, mas a partir do momento que fizer 3 ou
335 4 camadas de resíduos, com compactação e argila, envelope, fecha e começa outro
336 em cima, vai fazendo envelope, porque daí ele tem duas paredes laterais e outra
337 parede que vai acompanhando a topografia, o que eles vão ter que fazer é uma
338 saída para os caminhões continuar explorando aquele canto mais a oeste da mina.
339 Um novo estudo tem que ser feito, aí entra o procedimento que eles já estão
340 pedindo, entra esse prazo de dois anos que nós temos que discutir e esses valores
341 apresentados pelo Sr. Otto, é perfeitamente viável porque o município vai pagar
342 para garantir uma aplicação, sendo responsável evitar no futuro a contaminação, o
343 que o município vai pagar é a gestão do lixo, e não um passível ambiental. O
344 conselheiro Ricardo disse que está preocupado porque faz muito tempo que o conselho
345 está discutindo o mesmo assunto e ainda há confusão. É necessário a prefeitura
346 fazer um projeto como município, onde o Sr. Otto colocou muito bem isso, nós
347 precisamos fazer uma coisa mais séria para pessoa jurídica, porque a administração
348 vai ter que cumprir. O secretário Paulo disse que o município pensa hoje em
349 terceirizar todo o sistema de água, esgoto e lixo, porque não existe nenhum cálculo
350 e como aconteceu com a usina, vai ficar no achismo que não combina com uma
351 planilha de custo e engenharia. Fazer hoje o uso de tecnologia para 30 anos, é um

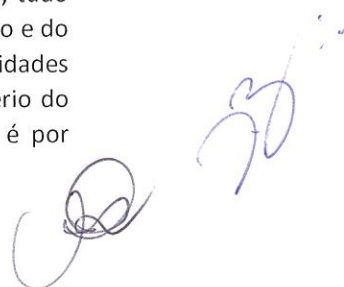
352 pouco necessária, porque ninguém garante que daqui 5/10 anos o custo para
353 implantar uma usina térmica realmente seja viável, do jeito que as coisas estão
354 evoluindo, a tendência da própria tecnologia que hoje custa 200 milhões de reais,
355 abaixo num custo interessante para o município, para retirar energia inclusive, se
356 colocar um contrato de 30 anos pode acontecer que fique 20 anos sem a
357 possibilidade de implantar uma nova tecnologia porque está amarrado num
358 contrato de aterramento. Então o pensamento é a médio prazo com foco principal
359 no encerramento do Botuquara. Nestes dez anos de contrato com um aterro
360 privado, poderá acontecer várias possibilidades de destino final desse resíduo,
361 como coleta seletiva, orgânicos, fazer compostagem, coleta dos recicláveis, passar
362 para os catadores e tudo mais utilizando PEV'S, uma série de outras coisas, mas o
363 foco principal hoje, é o encerramento do Botuquara e o que não dá para acontecer
364 de novo é ficar correndo, sem um dado concreto, de uma solução que não tenha
365 inconsistência necessária para um contrato e encerrar o Botuquara. A conselheira
366 Caroline perguntou se a PMPG tem vistas de um consórcio intermunicipal, se já
367 houve alguma conversação com os municípios da região. O secretário Paulo disse que
368 teve uma experiência em 2004, onde o município quis licenciar o aterro Rocho Roiz
369 mas foi licenciado o aterro chamado Cadeião, que na época, tinha um aditivo
370 pronto para passar para a concessionária durante 20 anos, por isso é contra, ou
371 você opera o aterro ficando somente com o lixo de Ponta Grossa ou terceiriza,
372 onde esse terceiro vai ganhar dinheiro e vai devolver para o município um passivo
373 ambiental para a população durante 50 anos ficar gerenciando, por isso é favorável
374 totalmente a terceirização, e foi tentado esse modelo na época de 2004 até o
375 município conseguir a licença prévia e passar para um terceiro onde ele poderia
376 pegar os resíduos de todos os municípios, estava lá no termo aditivo que 20 anos
377 depois, exaurida a área, devolveria para o município, não sendo justo, por isso é a
378 favor da terceirização. A conselheira Giovana disse que gostaria de fazer uma
379 proposta de um encaminhamento utilizando o que foi conversado, com uma
380 posição do COMDEMA nesse sentido, uma proposta ao município para que o
381 secretário possa levar isso para sua equipe e prefeito, para que seja discutido, uma
382 proposta do aterro municipal, com o centro de triagem, com a unidade de
383 compostagem e com a utilização do dinheiro do FUNDAM para essas obras. Disse
384 que a Caroline conseguiu os projetos do consórcio do Tibagi, da construção do
385 aterro em Imbaú, que vai ser muito útil para a PMPG fazer uma análise, inclusive a
386 gente está tentando a proposta de orçamento que no jornal está 10 milhões e
387 meio. O conselheiro Ricardo disse que aliado a esta ideia, não podemos descartar a
388 possibilidade do contato com a juíza, para que ela faculte a utilização dos próximos
389 24 meses. A conselheira Caroline explicou que a juíza só vai facultar se apresentar
390 para ela uma proposta concreta. A conselheira Giovana disse que esta é a proposta
391 e o conselho deve auxiliar o município na prorrogação da utilização do Botuquara.
392 O conselheiro Ricardo disse que, com esta proposta o secretário ganha mais tempo
393 para apresentar o projeto. O conselheiro Henrique disse que concorda, sendo esse
394 o caminho a ser tomado, porém é desanimador, porque percebe que a gestão
395 municipal quer um aterro privado e que não vai dar em nada. Disse que a área da



396 pedreira não é ideal, pela formação Ponta Grossa, ela está numa área de rochas
397 ígneas, sendo um sistema fraturado, e tem água dentro de fraturas em
398 abundância, é outro ponto importante que deve ser levado em consideração é esse
399 casamento entre aterro e continuar as operações da mina, o poder de fogo de uma
400 mineração, principalmente de rocha ígnea que é forte, treme tudo. O poder de
401 lançamento de fragmento de meio metro, pesado, é de mais de 500 metros. São
402 duas atividades que não podem ser próximas, e quando viu o estudo ficou bastante
403 preocupado em dois sentidos, a geologia, apesar de ter a formação Ponta Grossa,
404 abundante no setor, aquilo é um dick e o aterro não estaria na formação Ponta
405 Grossa, estaria no dick que é fraturado. Esta mesma proposta que nós estamos
406 discutindo aqui de um aterro público, pode ser pensada para um outro local, com
407 as mesmas situações, não podemos descartar outras possibilidades de áreas a
408 serem desapropriadas. A conselheira Giovana pediu que o conselheiro Henrique
409 trouxesse para a próxima reunião este estudo. Ele disse que vai fazer o convite ao
410 prof. Hugo (quem fez estes estudos). O conselheiro Evandro disse que o conselho
411 não precisa ser técnico, tendo bem claro o que precisa defender para o município.
412 A conselheira Giovana disse que a juíza quer uma proposta concreta, bem clara
413 para poder postergar. O conselheiro Vanilson sugeriu formalizar o quanto
414 antes junto ao procedimento que está em trâmite judicial. A presidente Caroline
415 disse que sua fala não entra na votação, mas sente a obrigação de falar. Quando fez
416 a especialização na Alemanha, especificamente na área de resíduos e na área de
417 aterros, no tratamento de resíduos, a tendência que eles tem, que vem de lá:
418 primeiro, não se faz mais usina térmica para tratamento de resíduos na Alemanha,
419 por ser ecologicamente e economicamente inviável, já é comprovado isso nas
420 usinas de tratamento térmico que estão sendo encerradas, principalmente as que
421 tratam de pirólise. Existem as usinas que fazem o tratamento, elas são utilizadas na
422 queima do lixo e para fazer o aquecimento de água para as cidades, eles produzem
423 energia térmica. Nos aterros, as empresas que fazem essa parte de tratamento, a
424 grande maioria da Alemanha, todas são terceirizadas, por causa da questão da
425 responsabilidade ambiental posterior e também no final das contas eles falaram
426 que fica mais barato para o poder público, apesar do gasto no aterramento e
427 tratamento de resíduos. Quando você faz a comparação do estudo, do trabalho
428 que a Alemanha faz, eles estão no mínimo 20/30 anos mais adiantados do que a
429 gente. Hoje nós estamos falando em separar o plástico do nosso resíduo
430 doméstico, do lixo seco do lixo úmido, lá eles já estão falando na reciclagem dos
431 fotovoltaicos, estão transformando resíduo sanitário em plástico, resíduo do
432 esgoto em plástico. Esse é o estudo que estão fazendo hoje na Alemanha, vendo a
433 maior viabilidade na questão da terceirização de aterros e tratamento de resíduos.
434 A estatal ainda faz a parte da coleta e tratamento de água e tratamento de esgoto.
435 É por isso que eu defendo o aterro privado. Tenho receio de ter o aterro público,
436 não ter a devida atenção e começar ter problema na destinação ambiental
437 inadequada e de repente cair de novo naquela questão do lixo, cobrar o poder
438 público e virar essa novela com ministério público e não acontecer nada. Tendo
439 uma empresa particular sabemos a destinação e como vai ser cobrada, se não for



440 da maneira correta, paciência. Eu não voto, mas eu precisava passar essa posição
441 minha, não tenho nada a ver com as empresas, com a prefeitura, mas eu precisava
442 passar esse posicionamento. O conselheiro Ricardo, dentro das exposições
443 distintas da Caroline e da Giovana, complementou dizendo que o local do destino
444 final é público, a gestão do material do resíduo sólido urbano recebido é privado, o
445 transporte e desdobramento desse material é privado. Porque quando terminar os
446 prazos de esgotamento, a empresa que está fazendo o gerenciamento, se não
447 estiver fazendo a contento, poderá ser autuada e multada. Se for do município
448 você não pode fazer nada, nós estamos vendo a barbaridade que está
449 acontecendo, é por isso que gostei da ideia do Sr. Otto, desapropriar e ficar com o
450 município. A empresa terceirizada vai ser contratada para fazer o projeto,
451 contemplando todos os fatores que o conselheiro Henrique citou, a execução
452 propriamente ditada compactação, do envelopamento, nas obras previstas no
453 projeto da elaboração do aterro, tudo é privado, também seria privada a empresa
454 que vai fazer a coleta. As pessoas que irão fazer o gerenciamento da segregação e
455 da triagem tem que contemplar o aspecto social neste processo. O prazo que
456 preocupa de 20/30 anos é para a gestão, se a empresa não atender será autuada e
457 no prazo de 10 anos, troca. Agora, o local do destino final é público. A conselheira
458 Giovana replicou a fala do conselheiro Ricardo a respeito do local ser público pela
459 responsabilidade ambiental, se o local fosse privado, o município não se eximiria
460 da responsabilidade, porque estaria utilizando e seria solidário, também nesse
461 sentido não resolve, então realmente o local público e uma gestão privada é a
462 saída. A convidada Gabriela da ICMBIO disse que não ficou muito claro, pois estava
463 entendendo que estava sendo proposto local e gestão pública e que concorda com
464 a Caroline, porque na experiência como servidora pública e como cidadã, o privado
465 funciona melhor que o público. Disse ainda que 2 anos para procurar outra área e
466 fazer todo um processo de licenciamento, nunca vai acontecer. Daí nesse meio
467 tempo, é bom lembrar, que vamos ter eleições municipais onde muda o prefeito,
468 muda a ideia novamente e volta à estaca zero e vai começar tudo de novo. Então, é
469 bom ter isso em mente quando propor uma prorrogação de dois anos para uso do
470 Botuquara, que em dois anos não vai ser resolvido e em dois anos nós vamos estar
471 aqui discutindo uma licitação para retirar o lixo do Botuquara e levar para algum
472 lugar. O conselheiro Ricardo disse que é só fazer constar no final do contrato que
473 os dirigentes serão sumariamente presos. O Sr. Otto disse que não temos o cálculo
474 do público e do privado e sabemos que aqui o privado vai onerar bastante o
475 município, sabemos que vai acrescentar um milhão a mais por mês agora e vamos
476 ter mais reajustes. Disse que neste caso fica muito mais econômico o público do
477 que o privado. A conselheiro Henrique disse que esta situação é completamente
478 inviável e que o Brasil caminha para uma privatização completa, nas universidades
479 o interesse é privatizar. Disse que na sua opinião nada deve ser privatizado, tudo
480 deve ser público. Está bem claro que a intenção de alguns colegas do conselho e do
481 poder público é privatizar. Existem privatizações que dão certo, como as unidades
482 de conservação que no atual governo tem cortado o orçamento do ministério do
483 meio ambiente, por necessidade ou por sucateamento. No caso do lixo, é por




484 sucateamento, nenhum prefeito ou gestão municipal se interessou realmente, a
485 gestão passada propôs, tinha o TAC, dois anos para fazer e solucionar. Nada deve
486 ser privatizado, deveria ser tudo público, porque quando se privatiza, no meu
487 ponto de vista, é por incompetência ou sucateamento. O conselheiro Darcy disse
488 que como empresário não gostaria da privatização, mas o que está privatizado na
489 COPEL funciona melhor, desde que se tenha gestão na empresa, porque as
490 empresas terceirizadas trabalham 50% a mais que qualquer empregado, 24 horas
491 por dia. A conselheira Caroline leu a proposta do conselho para passar ao
492 município: um aterro municipal, com centro de triagem e com compostagem,
493 dentro do prazo de dois anos e nesse meio tempo, ao invés de se mandar o lixo
494 para fora da cidade, manter aqui dentro do Botuquara, visando uma
495 economicidade no dinheiro público. O conselheiro Diego perguntou se é uma
496 proposta do COMDEMA se posicionar a favor de uma área pública e não terceirizar.
497 Ficou alterada a proposta para aterro público para: aterro público em local
498 adequado com centro de triagem e compostagem, com gestão do aterro privado e
499 encerramento do botuquara em até dois anos até se fazer esta adequação. A
500 presidente Caroline abriu a votação e pediu que conste em ata. Perguntou aos
501 conselheiros quem concorda com essa proposta, que permaneça como está. O
502 conselheiro Paulo Barros se absteve e o conselheiro Diego foi contra. O secretário
503 Paulo agradeceu e pediu para a próxima reunião o relatório de presença das
504 entidades. A presidente Caroline falou da Escola Municipal Marta Filipkowski,
505 sobre a possibilidade de apresentar o projeto " Cooperando com o Meio Ambiente,
506 uma Leitura do Jardim Cachoeira", na próxima reunião do conselho. Pediu também
507 para os conselheiros lerem o projeto da Prof. Rose sobre incineração (vai passar
508 por e-mail). Perguntou ao secretário Paulo sobre o plano municipal de
509 saneamento, vai ser analisada a consulta pública só para o plano de saneamento
510 ou também para o contrato da SANEPAR. Disse que gostaria de oficialmente
511 solicitar que a PMPG revise e se for só plano de saneamento, retirar do link o
512 contrato porque senão pode gerar enganos. O conselheiro Evandro pediu para ficar
513 claro na ata a votação da proposta do conselho, para não ser questionado depois.
514 A presidente Caroline fez a votação nominal de cada conselheiro. Diego da Câmara
515 Municipal votou contra, Darcy da COPEL já havia saído, Augusto da EMATER votou
516 sim, Evandro da FIEP votou sim, Karla do IPLAN saiu antes, Giovanna da OAB votou
517 sim, Ricardo da Natus Campos Gerais Sustentável votou sim, Henrique do GUPE
518 votou sim. Isabele do Grupo Fauna votou sim, Geraldo da SANEPAR já havia saído,
519 José Vanilson do Sind. Empregados votou sim, Gustavo Ribas Netto já havia saído,
520 Paulo Barros se absteve, Elisabeth da UEPG votou sim. A reunião foi encerrada às
521 20h18min. Ata transcrita por Vera Lucia Rudek.

522

523

524


CAROLINE SCHOEMBERG
Presidente COMDEMA


PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS
Secretário Executivo/PMPG/SMMA